

Necessidades e perspectivas no Ensino de História local

A produção de um livro didático sobre a história de Santa Maria e região

Por Denise Belitz Quaiatto¹

Resumo

Esse trabalho tem por objetivo a apresentação da importância do ensino de história local com a produção de um livro didático sobre a história de Santa Maria e região voltado para as séries fundamentais. Em um primeiro momento será apresentada uma breve trajetória do livro didático no Brasil a partir da instituição do ensino básico na primeira metade do século XIX, seguida de uma problematização acerca de produção didática e ensino de História local na promoção consciência histórica. Finalmente, será feito um esboço dos conteúdos tratados no material citado a partir da produção acadêmica e não acadêmica sobre a História de Santa Maria e região.

Palavras-chaves: Ensino de História; História local; livro didático.

Abstract

This paper aims at presenting the need for local history of education with the production of a textbook on the history of Santa Maria and the region facing the fundamental series. At first it presents a brief history of the textbook in Brazil from the primary education institution in the first half of the nineteenth century, followed by a questioning about didactic production and teaching local history in promoting historical awareness. Finally, an outline of the contents will be treated in the material quoted from the academic and non-academic production on the history of Santa Maria and region.

Keywords: teachinghistory; Local History; textbook

¹Mestranda em ensino de História pela Universidade Federal de Santa Maria. Possui graduação pela Universidade Federal de Santa Maria (2010). Tem experiência na área de História, com ênfase em ensino de História.

Introdução

Os métodos tradicionais de ensino têm sido questionados com maior ênfase, bem como os livros didáticos no tocante aos seus conteúdos, exercícios propostos, o papel e os usos metodológico e ideológico desses instrumentos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental “reconhecem a realidade brasileira como diversa, e as problemáticas educacionais das escolas, das localidades e das regiões como múltiplas”. Porém, ainda que o educador disponha de certa autonomia para trabalhar conteúdos selecionados como meio ambiente local, patrimônio histórico-cultural, aspectos sociais, econômicos e políticos, os alunos, raramente percebem a sua realidade histórica trabalhada na sala de aula. Atualmente, novas percepções metodológicas têm trazido a nós, educadores, reflexões profundas quanto à interação entre teoria e prática no espaço escolar, entre as relações estabelecidas entre o currículo formal, elaborado por especialistas e instituições e o currículo real que, efetivamente, se concretiza no ambiente escolar e ainda diferente em relação ao conteúdo encontrado em materiais didáticos. Com essa nova demanda, torna-se imprescindível que o educador aproxime a aprendizagem histórica da realidade histórica do estudante, propondo ações e superações de problemáticas e superando os métodos tradicionais de memorização e reprodução. Ensinar história a partir da realidade do aluno para que este participe do processo de aprendizagem constatando a relação escola - comunidade escolar - município - região torna-se necessária para a construção da identidade e o reconhecimento do espaço a partir de experiências do cotidiano. Visando contemplar inovações necessárias para a prática efetiva de um ensino de maior qualidade, partindo da necessidade da abordagem de história, mais especificamente das histórias municipais e regionais, proponho a partir de pesquisa com a comunidade escolar a produção de um material didático atualizado voltado a atender essa demanda. Com base em pesquisa iconográfica, consulta bibliográfica e documental, o objetivo é produzir um livro didático sobre a história de Santa Maria e região para ser utilizado no ensino fundamental, haja vista a carência de material semelhante nas escolas municipais.

Partindo da constatação de que os educadores das séries fundamentais sentem a dificuldade dos estudantes em situarem-se no tempo e no espaço, o material será estruturado a partir de uma abordagem cronológica dos principais desdobramentos históricos da região central do estado desde os primeiros habitantes até as décadas finais do século XX, relacionando-a com aspectos socioculturais,

políticos e econômicos. O objetivo do trabalho é dialogar com a ampla produção historiográfica - acadêmica ou não - existente sobre o tema, elaborando um material didático que permita a compreensão da história regional no espaço escolar.

O livro didático no Brasil: Breves considerações

O modelo de escola predominante no Ocidente atual é uma criação da assim chamada Modernidade que se estabeleceu no século das luzes e estruturou-se a partir de um currículo racional-cientificista. Sua eficácia no atendimento aos interesses da ordem burguesa explica o fato do modelo de escola europeu ter se tornado a forma educacional hegemônica em todo o mundo. No Brasil, a estruturação do ensino e, conseqüentemente, a produção dos livros didáticos durante o século XIX, também foram influenciados diretamente pela concepção educacional oriunda das transformações econômicas e políticas da Revolução Francesa. Sendo assim, o estabelecimento da educação escolar foi planejado e acompanhado pelo poder governamental que passou a utilizar vários mecanismos para direcionar e controlar o saber disseminado. Na tríade em sentido decrescente Estado - sistema educacional - livro didático, “a origem do livro didático está vinculada ao poder instituído”ⁱ e nessa perspectiva, este último constitui um instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizado nos diferentes níveis escolares.

No século XIX, onde o conceito de nacionalidade surgido na Europa era apresentado como um discurso de fortalecimento principalmente dos Estados-nações, o controle sobre as obras impressas era vigiado de perto pelos governos como uma forma de garantir a ideia de unificação cultural e territorial, fato que persistiu durante a primeira metade do século XX, nos países governados por regimes totalitários. No caso dos livros didáticos, uma vez que na maioria das escolas estes são distribuídos pelo próprio governo e por estarem ao alcance de um número considerável de Jovens e crianças, a articulação entre produção didática e o nascimento do sistema educacional estabelecido pelo Estado distingue dessa produção cultural dos demais livros.

No Brasil, a introdução da História no currículo escolar ocorreu sob forte influência do modelo educacional francês, a partir do estabelecimento do Colégio Pedro II “que durante o Império funcionaria como estabelecimento-padrão de ensino secundário, o mesmo ocorrendo na República, sob a denominação de Ginásio Nacional”ⁱⁱ. Este,

por sua vez, estruturou-se seguindo as diretrizes ideológicas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, criado em 1937 e que tinha como principal função tornar-se arquivo e guardião da história brasileira, estabelecendo parâmetros muito definidos em relação ao que deveria ou não ser histórico ou historicizado. Apesar de não estar ligado diretamente à estrutura escolar brasileira, ele atuou como estratégia eficaz no processo de fortalecimento do estado monárquico, tornando-se o grande centro da intelectualidade da Corte na segunda metade do século XIX.

Analizando a produção didática do período monárquico e início da República do Império Colégio Pedro II, Melo destaca:

“O que se buscava então, era compor uma história nacional, por brasileiros, definindo um passado comum para o país. Em suma, ser um apoio a construção histórica de um Estado Nacional brasileiro, recém-formado, que nascia grande territorialmente, porém sem unidade histórica, interpretativa unicizante, que acompanhasse a ordem política centralizadora, construída e que construía o II reinado.”ⁱⁱⁱ

Inicialmente, o ensino baseava-se nas traduções de compêndios franceses que tratavam da História Universal, História Antiga, História Romana, adequando-se nas décadas posteriores às reformas realizadas nos Liceus franceses. A História nacional ocupava um lugar secundário, relegada aos anos finais dos ginásios com cargas horárias mínimas fato explicado pela ausência de produção de obras nacionais.

Analizando a produção didática do Brasil império, Bitencourt destaca a preocupação das autoridades educacionais em dois níveis:

“[...] além do manual escolar ser confeccionado de forma correta quanto às suas informações e estar atualizado com as inovações científicas, padrões linguísticos, deveria expressar os valores e a moral de sua época, evitando assim, qualquer desvio de natureza “espiritual” em sala de aula.”^{iv}

Dessa forma, existia uma legislação específica para prescrever quais obras poderiam ser adotadas e de que forma deveriam ser usadas, próprio de uma concepção de educação influenciada pela moral religiosa decorrente da relação entre Igreja e Estado¹. Essa preocupação excessiva é explicada pelo fato de que a literatura didática era entendida como uma possibilidade de unificar a educação escolar em todo o território nacional.

¹A Constituição de 1824 estabeleceu o regime do Padroado, caracterizando o Catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro bem como a submissão da Igreja ao Estado.

Dentre as primeiras obras nacionais produzidas para a disciplina de História destacaram-se no período monárquico e republicano respectivamente, *Lições de História do Brasil para os alunos do Imperial Colégio Pedro II* de Joaquim Manuel de Macedo e *História do Brasil – curso superior* de João Ribeiro. Esses dois manuais tinham objetivos distintos no tocante a linha norteadora da abordagem dos seus conteúdos. Enquanto o primeiro consistia em um esforço para consolidar o Estado monárquico, o poder instituído e a unidade territorial, o segundo apresentava uma nova abordagem no sentido de enfatizar as mudanças políticas em curso, buscando uma identificação do povo brasileiro com o regime republicano.

No início do século XX, contudo, apesar de uma continuidade da identificação com a história europeia, surge a preocupação com a constituição de uma nacionalidade brasileira, em virtude da necessidade de consolidação da nova forma de governo. Dever-se-ia estudar a “biografia de brasileiros célebres, de notícias históricas do Brasil Colônia e Império e a história da proclamação da República”^v

Desde a implantação do republicano até a década de 1970, acompanhando um processo de secularização do ensino, houve o predomínio de um ensino de História baseado numa combinação de Positivismo e Nacionalismo, orientado “pela ideia de um conhecimento absoluto, definido e acabado; sua verdade é inquestionável desde que advinda dos documentos”^{vi}. E sendo assim, só são dignos de entrar para a História “fatos relevantes”, ou seja, a narrativa dos feitos dos governantes, dos heróis, das grandes batalhas, propondo uma evolução da História a partir de uma noção de progresso, com uma ênfase excessiva sobre a história política, tomando como referência a civilização europeia ocidental. E nesse caso, a história predominante era uma história das elites, onde são levados em grande estima os documentos oficiais do Estado, uma história rica em informações, precisão, vendo a História como uma ciência do passado.

Na década de 1930, tornou-se vitoriosa a tese da democracia racial expressa em programas e livros didáticos de ensino de História. Em 1938 - foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático^{vii} (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País. Na perspectiva nacionalista da Era Vargas, todos conviviam harmonicamente em uma sociedade multirracial e caracterizada pela ausência de conflitos, pois cada etnia colaborava, com seu heroísmo ou com seu trabalho, para a grandeza e riqueza da nação.

No contexto da Guerra Fria, foi realizada em 1962, a *Conferência de Puntadel Leste*, onde esclareceu-se o objetivo da educação no contexto da Aliança para o Progres-

so, ou seja, a educação deve contribuir exatamente para o mundo do trabalho, formar trabalhador e não cidadão trabalhador: “[...], que se oriente a atividade da escola para [...] contribuir eficazmente para o desenvolvimento econômico e social”. Estava aí a meta principal desta conferência, pois se tinha a proposta no papel e foi posta em prática por meio das Escolas Polivalentes, oficializadas pela Lei 5.692/71, cabendo então à Escola Polivalente formar o novo trabalhador brasileiro no contexto do Regime Militar. Em 1966 - Um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid²) permite a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. O acordo assegurou ao MEC recursos suficientes para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos. Ao garantir o financiamento do governo a partir de verbas públicas, o programa adquiriu continuidade.

No período de redemocratização a partir da década de 1980, o ensino de História passa a ser ilustrado por múltiplas abordagens possíveis. A partir desse período, começa também uma crítica à abordagem eurocêntrica e pela primeira vez são introduzidos conteúdos relacionados à história local e regional. De forma pioneira, são desenvolvidas propostas por eixos temáticos e são difundidas reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem, nos quais os alunos passaram a ser considerados como participantes ativos do processo de construção do conhecimento, essas representam perspectivas muito presentes na concepção de ensino contemporâneo. A autonomia do professor quanto ao uso de obras didáticas perante o critério da escolha é uma realidade muito recente, datada do período de abertura política com a implantação do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD^{viii}, em 1985. Onde o governo, desde então, envia uma lista diretamente às escolas públicas de todo o país que passa pela análise dos professores e sua posterior adoção.

O Livro didático e as novas demandas no ensino para as séries fundamentais

Atualmente, a noção do ensino foi ampliada de tal forma que se torna imprescindível, para nós, tanto na con-

² United States Agency for International Development.

dição de educadores quanto de sujeitos sociais, a percepção de que as disciplinas que compõem o currículo escolar não se aprendem apenas na escola. De forma cada vez mais intensa, as crianças e jovens têm acesso a inúmeras informações, imagens e explicações no convívio familiar e social, nas festividades de caráter local, regional, nacional e mundial. A própria escola deixou de exercer o monopólio sobre o processo de ensino-aprendizagem agora compartilhado com vários outros veículos de comunicação como a internet, produções não didáticas como livros e revistas, documentários, filmes etc. Esses instrumentos que auxiliam na difusão de personagens, fatos, datas, cenários e costumes dão aos estudantes a noção de sujeitos históricos, muitas vezes, de forma mais atraente que os recursos tradicionais utilizados no espaço escolar. Essa diversificação dos meios de aprendizagem reflete diretamente na mudança de paradigmas metodológicos quanto aos próprios recursos utilizados em sala de aula, fazendo com que o livro didático que por muito tempo permaneceu como instrumento predominante e com prerrogativas de autoridade máxima, divida seu espaço com outras fontes históricas.

Isso não significa, contudo, que o livro didático seja um objeto irrelevante na prática docente, haja vista que embora vivamos em mundo dominado pela tecnologia, o mesmo continua sendo um importante instrumento no processo de ensino-aprendizagem. O Brasil possui na atualidade um dos maiores programas de avaliação e distribuição de livros didáticos do mundo. Com o PNLD, o Ministério da Educação e Cultura instituiu como principal objetivo “subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica”^{ix}. Os números do *ma*³ mostram que a demanda por livros ainda é uma realidade pertinente na educação brasileira^x. Sabe-se que a seleção e distribuição dos livros didáticos movimentam uma grande soma financeira, que faz deste um mercado bastante interessante para as editoras que publicam e produzem esses materiais. Cabe salientar ainda, que os vários recursos tecnológicos existentes na atualidade ainda não estão totalmente disponíveis em muitas instituições públicas do país, principalmente nas redes municipais e estaduais, onde predomina uma população de estudantes de famílias com baixa renda.

Muitos são os argumentos apresentados pelos contrários ao livro didático, tais como simplificações explicativas, falsificações ideológicas, condicionamento e ou dependência do trabalho do professor, metodologias ultrapassadas, entre outros. Muitos o consideram um mal necessá-

³Nos últimos quatro anos, o governo federal, através do PNLD investiu na aquisição de 474.717.809 exemplares de livros didáticos para o ensino fundamental em todo o território nacional.

rio, um apêndice ao trabalho desempenhado em sala de aula que deve ser construído tendo em vista o protagonismo do docente em uma perspectiva de ensino tradicional que supervaloriza o texto escrito. A dependência que muitos professores estabeleceram em relação ao livro didático é um dos fatores mais apontados pelos críticos a esse tipo de material.

Sobre outro ponto de vista, entre os aspectos positivos elencados por educadores que defendem a utilização do livro didático podemos destacar os seguintes. Primeiramente, ele traz o conteúdo disposto de forma sequencial e simplificada, de acordo com a idade dos leitores/consumidores; além disso, reúne em um único instrumento textos, documentos, ilustrações, mapas, enfim, materiais geralmente de difícil acesso para grande parte dos alunos; não obstante, a maioria das obras oferece sugestões quanto a elaboração do planejamento das aulas, contemplando propostas de atividades extras; e, por fim, representando um aspecto de caráter prático na vida docente, o livro didático consiste em um recurso facilitador da vida do professor, geralmente obrigado a cumprir cargas horárias e jornadas de trabalho excessivamente longas. Para os que defendem esse instrumento, acrescenta-se ainda que, na maioria dos casos, o problema em usar o livro didático está na relação que alguns professores estabelecem com o mesmo, tomando-o como um recurso único no processo de ensino-aprendizagem, supervalorizando-o excluindo outras possibilidades de construção do conhecimento histórico. Não é, portanto, o livro didático que deve ser condenado, mas os (maus) usos dos que o estabelecem como recurso único e absoluto. Para os docentes que priorizam essa postura, Caimientende:

[...] uma das possibilidades de superar o atual processo de submissão do professor frente ao livro didático é capacitá-lo a perceber e compreender as diferentes concepções paradigmáticas presentes em seu entorno, seja na produção teórica, historiográfica ou didática, para, a partir disso, construir uma proposta autônoma para o ensino de História.^{xi}

Torna-se imprescindível que o professor atue como um mediador no processo de ensino-aprendizagem, dominando métodos e técnicas relativos à pesquisa histórica aplicando-os com o objetivo de ajudar a desenvolver consciência histórica junto a seus alunos dentro do espaço escolar nas aulas de História. Entendido inclusive, como um suporte cultural que opera para além da escola, já que constitui, muitas vezes, o único material de leitura entra nas casas dos estudantes de escolas públicas brasileiras, o livro didático também é considerado um importante instrumento de trabalho para os processos de ensino-aprendizagem es-

colares, um significativo auxiliar para o trabalho do professor e um elemento bastante presente na formação das novas gerações.

Além das questões de ordem teórico-metodológicas, o livro didático *perpassa* toda uma conjuntura socioeconômica, uma vez que atualmente, este objeto cultural mobiliza inúmeros atores sociais na sua produção, circulação e consumo, tais como gestores educacionais, pesquisadores, professores, estudantes e suas famílias, políticas educacionais públicas, mercado editorial, mídia etc. A presença do livro é, portanto, constante na educação escolar brasileira e há várias décadas ele vem adaptando-se a novas concepções teórico-historiográficas, trazendo abordagens múltiplas, ampliando a noção de sujeitos históricos, enfatizando temáticas étnico-raciais etc. As necessidades locais, por sua vez, devem ser contempladas com produções específicas, pois os programas nacionais negligenciam essas carências regionais e embora haja uma grande produção sobre história local nas universidades, essa literatura muitas vezes não chega até a educação básica.

As produções didáticas regionais podem utilizar amplamente do conhecimento histórico que é produzido nas academias através de pesquisas, artigos, dissertações, teses deve poder ajudar a suprir as carências de orientação no tempo e os interesses da sociedade, retornando a ela sob a forma de resposta a essas carências, podendo e devendo, inclusive, serem utilizados no espaço escolar pelo professor de História. Porém, ainda existe um grande afastamento entre a produção do conhecimento histórico acadêmico do que é levado para as salas de aula de História. No caso de um livro didático sobre a história de Santa Maria e região, não há produções específicas apesar de existir uma grande produção acadêmica sobre o tema, mas esta acaba ficando restrita aos meios acadêmicos.

O ensino de História na promoção da consciência histórica dos educandos

Se já explicitamos que o livro didático ainda representa um importante instrumento a ser levado em conta na realidade educacional de muitas escolas, então, o que poder ser ensinado nas obras? Para respondermos a essa questão, é necessário salientarmos a importância do estudo da História na promoção do exercício crítico da cidadania. Espera-se que ao longo do ensino fundamental os alunos possam ampliar gradativamente a compreensão de sua rea-

lidade, especialmente confrontando-a e relacionando-a com outras realidades históricas em tempos distintos. Nesse diálogo tem permanecido principalmente, o papel da História em difundir e consolidar identidades no tempo, sejam étnicas, culturais, religiosas, de classes e grupos, de Estado ou Nação. No processo de difusão e consolidação de identidades, vários são os instrumentos que professores e estudantes podem utilizar dentro e fora do espaço escolar para a promoção da cidadania, desde fontes iconográficas, audiovisuais e escritas. Sendo assim, o livro didático, enquanto produto cultural, também contribui para a construção da consciência histórica, conforme destaca Diehl:

“A didática da História está orientada, fundamentalmente, para a pesquisa sobre o significado do passado na constituição das sociedades; também para possibilitar consciência histórica que, por sua vez, sustenta a identidade de indivíduos e grupos sociais estruturais; exige uma práxis socialmente racional e abarca a história como processo, pretendendo ampliar as qualidades humanas através da ação.”^{xii}

O conhecimento histórico deve, portanto, propiciar aos alunos o dimensionamento de si mesmos e de outros indivíduos e grupos em temporalidades históricas distintas, possibilitando uma reflexão sobre contemporaneidade pensada e vivida, enquanto produto da racionalidade humana. Assim, a escolha dos conteúdos deve fundamentar a compreensão de que os problemas atuais e cotidianos não podem ser explicados unicamente a partir de acontecimentos restritos ao presente, promovendo questionamentos ao passado, análises e identificação de relações entre vivências sociais no tempo. Isso significa que os conteúdos a serem trabalhados com os alunos não devem se restringir unicamente ao estudo de acontecimentos e conceituações históricas, mas que o aluno possa reconhecer continuidades e mudanças em todas as áreas do conhecimento. É preciso promover práticas de ensino e incentivar atitudes nos estudantes que sejam coerentes com os objetivos da História, tais como partir de problemáticas atuais identificando origens, continuidades e rupturas ao longo do tempo no sentido de promover a compreensão de sua realidade espacial e temporal.

No sentido de contribuir para que os alunos compreendam a realidade atual em uma perspectiva histórica, é significativo o desenvolvimento de temas que permitam o questionamento do presente, identificando questões internas às organizações sociais e suas relações em diferentes esferas da vida em sociedade identificando relações entre o presente e o passado, discernindo semelhanças e diferenças,

permanências e transformações no tempo. Uma das principais funções da didática da História pode ser fundamentada no diálogo entre o pensamento histórico-científico das formas de pensamento não científico. Partindo dessa definição sucinta acerca da didática da história, alguns esclarecimentos são necessários. Dentre os objetivos do ensino de História para o ensino fundamental estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais^{xiii}, destacam-se:

- [...] identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços;
- situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos;
- valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos; [...]
- questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação;
- reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar;
- conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e discontinuidades, conflitos e contradições sociais [...]

Sabemos, como já foi citado, que a escola não é o espaço único no processo de ensino-aprendizagem e que os alunos levam pra sala de aula muitos conhecimentos construídos em seu cotidiano, a televisão, os jornais e os próprios filmes colaboram para que estes tenham um entendimento de si, enquanto sujeitos que estão inseridos em um contexto social muito mais complexo do que as percepções que essas ferramentas do dia a dia podem lhes propiciar. O livro didático de História, por muitas vezes, tem em seu conteúdo, esses elementos, que auxiliam no desenvolvimento e na compreensão de determinados recortes espaciais e temporais.

No meio escolar, têm sido constantemente recriadas as relações professor, aluno, conhecimento histórico e realidade social, em benefício do fortalecimento do papel da História na formação social e intelectual de indivíduos para que, de modo consciente e reflexivo, desenvolvam a compreensão de si mesmos no tempo e espaço. Por outro lado, ao constatarem que as abordagens e os conteúdos escolares não explicam as problemáticas sociais contemporâneas nem as transformações históricas a elas relacionadas, professores e educadores buscam outros modos de

compreender a relação presente/passado e de historicizar as questões do cotidiano.

A ampliação de temas de estudo e de possibilidades teórico-metodológicas tem auxiliado o pesquisador a refletir cada vez mais sobre os fatores que interferem na construção do conhecimento histórico:

“A questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado. De uma forma mais sintética, a questão central é: o quê? Para responder a essa questão, as diferentes teorias podem recorrer a discussões sobre a natureza humana, sobre a natureza da aprendizagem ou sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade.”^{xiv}

É necessário que se perceba e se discuta a real importância do ensino de História a partir de sua capacidade de contribuir para que o aluno possa se perceber enquanto sujeito histórico, que precisa se compreender a partir do seu presente e das relações que este tem com processos sociais, econômicos e culturais que vem se desenvolvendo a partir de diversos momentos do passado. Na condição de professora de História na educação básica, entendo o livro como um instrumento que auxilia no processo de ensino-aprendizagem. Desde que não seja tomado como única fonte de estudo, articulando-se com vários outros instrumentos didáticos.

Um livro didático sobre a história de Santa Maria e Região

Existe uma produção acadêmica considerável com um grande número de monografias, dissertações e teses que abordam aspectos históricos, educacionais, socioeconômicos, culturais etc. sobre Santa Maria e região. No entanto, grande parte dessa produção continua sendo desconhecida para população em geral e principalmente, para os estudantes da rede municipal de ensino. Entre outras razões, as exigências e características da produção acadêmica, resultam que essas pesquisas não são acessíveis a não-especialistas e de difícil uso didático-pedagógico. Nesse sentido, entendemos que a existência de um texto pedagogicamente adequado ao ensino e aprendizado escolar sobre o tema irá contribuir para a constituição dos saberes da população local sobre ela mesma.

Pretende-se reunir a produção realizada por autores que produziram sobre tal temática, sejam eles de formação acadêmica ou não na área de História, para produzir um texto que contribuía no melhor entendimento da História regional no espaço escolar. Ou seja, ainda que com todo o rigor da produção científica, pretendemos produzir um texto que tenha linguagem acessível ao público infanto-juvenil da região. O primeiro ano de desenvolvimento do projeto foi dedicado à digitalização das obras existentes nos dois maiores acervos bibliográficos da região, das bibliotecas do Centro Universitário Franciscano e da Universidade Federal de Santa Maria. No segundo ano, 2013, foi realizado o fichamento e a leitura das obras reunidas e digitalizadas em 2012. A próxima etapa do projeto consiste na elaboração de um material didático que contemple a História de Santa Maria e região a partir de uma abordagem cronológica dos principais desdobramentos históricos da região central do estado desde os primeiros habitantes até as décadas finais do século XX, relacionando-a com aspectos socioculturais, políticos e econômicos, conforme o quadro abaixo:

Apresentação

Capítulo 1: Os primeiros tempos

1.1 A origem, lendária e histórica da cidade de Santa Maria

1.2 Os primeiros habitantes, os grupos indígenas da região central do estado

Capítulo 2: Uma terra de imigrantes: a colonização da região central do estado

2.1. A imigração europeia

2.2. A imigração judaica

2.3. A imigração árabe

Capítulo 3: Os contingentes militares

3.1. Santa Maria no contexto das guerras do Prata.

3.2. A Base Aérea de Santa Maria

Capítulo 4: Nos trilhos do trem

4.1. A Ferrovia e o Desenvolvimento da cidade

4.2. A Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea

Capítulo 5: As instituições educacionais

5.1. Maristas, Franciscanos e metodistas

5.4. As universidades

Capítulo 6: O Patrimônio histórico e cultural de Santa Maria

6.2. Os prédios e monumentos tombados

6.3. Espaços de cultura

Considerações finais

Optou-se por estabelecer um eixo cronológico para nortear o material, pois nas séries fundamentais, grande parte dos professores ressalta a dificuldade que a maioria dos estudantes sente em estabelecer uma sucessão cronológica, não que isso deva significar a principal preocupação dos educadores. Porém, “é necessário observar o tempo cronológico como ordenador da experiência humana e como fator de inteligibilidade dessa mesma experiência para os alunos iniciantes”^{xv}. Entendemos que a abordagem de uma história local pode levar os estudantes a perceberem os vínculos entre a História que lhes é ensinada, sua realidade histórica e ou sua situação no tempo presente, considerando o tempo histórico como um acúmulo de diferenças. Esse problema decorre de uma inquietação recorrente na atividade de professores e pesquisadores, que se resume na discussão dos objetos sociais do ensino de História. Pretendemos, dessa forma, aprimorar o ensino de História através da elaboração de um material didático que seja adotado para uma melhor proposta de ensino, tendo em vista, a carência de produção de material didático sobre a História de Santa Maria e região com o intuito de subsidiar o trabalho dos professores dos anos iniciais das escolas da rede municipal de educação.

Considerações finais

Longe de ser um objeto ultrapassado, o livro didático ainda constitui um importante instrumento de ensino, pois o mesmo ainda faz parte da realidade de muitas escolas tanto da rede pública quanto na rede privada de ensino. Percebe-se também o Estado brasileiro estabeleceu, desde sua consolidação até a contemporaneidade, um controle efetivo sobre as produções didáticas tanto na sua elaboração quanto na sua avaliação e distribuição através de programas como o PNLD. O livro didático suscita debates acalorados entre os que o defendem como um importante subsídio no processo de ensino-aprendizagem e os que argumentam ser um material de submissão e de construção de um discurso ideológico no intuito de legitimar o poder instituído.

Considerando a produção historiográfica acadêmica regional, concluímos que se torna pertinente elaborar um material didático sobre a História de Santa Maria e região, contribuindo para oferecer um recurso alternativo que sirva como suporte pedagógico no processo de ensino-

aprendizagem na construção da cidadania a partir de uma identidade local.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAIMI, Flávia Heloisa; MACHADO, Ironita A. P.; DIEHL, Astor Antônio (org.). **O livro didático e o currículo de História em transição**. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2002.

DIEHL, Astor Antônio (org), CAIMI, Flávia Eloisa, MACHADO, Ironita A. P.. **O livro didático e o currículo de história em transição**. 2ªed. Passo Fundo: UPF, 2002.

FREITAS, Itamar. Os currículos da escola primária *in Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História (anos iniciais)*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

LDBN – Lei n. 9324, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), PCN- História e Geografia: 1ª a 4ª séries (BRASIL, 1997), e Resolução CNE/CEB n. 2, de 7 de abril de 1998 (Brasil, 1998).

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MOACYR, Primitvo. **A instrução pública do Estado de São Paulo: primeira década republicana (1890-1893)**. V. I., São Paulo, Nacional, 1942.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.